NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 11/Out

cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 1841| 2017

# Vitória: Estatuto da Segurança Privada é aprovado em Comissão com saldo positivo para categoria

Presidente da CNTV, José Boaventura durante audiência da Comissão

Nesta quarta-feira (11), os vigilantes e as vigilantes alcançaram mais uma vitória. Após grande enfrentamento da CNTV e seus filiados, finalmente, o Estatuto da Segurança Privada foi aprovado, por unanimidade, na Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS). Agora, o texto segue para Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Plenário e, logo em seguida, deverá ir à sanção. De acordo com a direção da Confederação Nacional dos Vigilantes, apesar de algumas ressalvas, o saldo é sem dúvida positivo.

A comissão também aprovou o regime de urgência ao projeto. Agora, o Estatuto da Segurança Privada tem prioridade para votação em relação a outras propostas em tramitação na Casa.

"Nossa avaliação é de que a aprovação do projeto é de extrema importância para os trabalhadores, tendo em vista que através dele os vigilantes terão inúmeras vitórias. A medida será um ponto chave na geração de empregos, legalização da atuação dos trabalhadores, além do reconhecimento que a categoria merece. Sempre ao lado da CNTV, o senador Paulo Paim (PT) foi um alicerce de referência e apoio nesta luta", ressaltou o presidente da CNTV, José Boaventura.

Segundo Boaventura um dos destaques do estatuto se dá em relação às contratações.

Por exemplo, quando entrar em vigor, haverá a legalização e ampliação da atuação dos vigilantes em estádios de futebol, em eventos públicos e áreas como parques, transportes etc. Além disso, o estatuto elevará a escolaridade exigida para atuação dos vigilantes. Anteriormente, o mínimo era 4° série, agora, a exigência é de ensino fundamental completo.

"Apesar desta elevação representar um avanço significativo, nós da CNTV, defendíamos a elevação para ensino médio completo", afirma Boaventura.

O texto aprovado atualiza a Lei 7.102/1983, que regula a atividade de segurança privada,

Diretores CNTV durante reunião realizada com Senador Eduardo Amorim (PSDB/SE)

responsável pela regulamentação da profissão. Com mais de 34 anos de existência desta Lei, a CNTV defende a necessidade de renovação, porém, sempre do lado do trabalhador.

O Estatuto surgiu da junção de uma série textos que resultou neste substitutivo. Entretanto, quando foi levado ao Senado, o texto chegou carregado de pontos prejudiciais para os trabalhadores. Entre os pontos que foram retirados, graças à atuação da CNTV e suas entidades estão; o ponto que sugeria a alteração da Lei de greve, proibição de capital estrangeiro, a construção de empresas orgânicas, e retirava das empresas a obrigação de manter cotas para deficientes físicos e

Deputado e diretor da CNTV, Chico Vigilante durante votação

aprendizes.

O projeto estabelece normas que deverão ser seguidas pelas empresas de segurança, remetendo à Polícia Federal a atribuição de autorizar seu funcionamento e de controlar e fiscalizar a atuação delas com a cobrança de taxas.

"Fizemos um grande enfrentamento. A maioria dos itens que precisavam de mudanças foram acatados pelo relator do projeto Vicentinho Alves. Consideramos a medida uma vitória. Não permitiríamos que um projeto de tamanha importância fosse aprovado sem que os direitos dos vigilantes e

O relatório de Vicentinho Alves (à esq.) propunha a rejeição de vários artigos do substitutivo da Câmara

das vigilantes fossem atendidos. Estamos na reta final, esse é o último passo para o projeto virar lei, concluiu Boaventura.

Fonte: CNTV

# Em Encontro Estadual, vigilantes da Bahia debaterão Reforma Trabalhista

Neste sábado (14), também é dia de luta. Neste dia, a direção do Sindivigilantes – Bahia, em conjunto com a base aguerrida, realizarão o Encontro Estadual dos Vigilantes do estado.

De acordo com o presidente do Sindivigilantes – BA e da CNTV, José Boaventura, é fundamental a participação de todos os companheiros e companheiras. "Nosso compromisso é com classe trabalhadora e no combate à retirada de direitos. Precisamos nos unir e organizar a luta contra reforma trabalhista. Convidamos todos os vigilantes para este importante debate. A partir dele vamos deliberar a nossa reação e reposta", explicou.

O evento contará com a presença do deputado e diretor da CNTV, Chico Vigilante e de demais autoridades e parlamentares.

O Encontro Estadual será realizado a partir das 8h, na quadra dos bancários, em Salvador.

Contamos com sua presença.

Fonte: CNTV

## Informe geral

***A CNTV informa à categoria que em decorrência do feriado de Nossa Senhora Aparecida, comemorado nesta quinta feira (12), não haverá expediente na Confederação na sexta-feira (13). Retornamos às nossas ativdiades normais na segunda -feira (16).***

# CNTV e Sindicato dos Vigilantes de Rio Verde intensificam luta contra clandestinidade

Representantes da CNTV e do Sindicato dos Vigilantes de Rio Verde se reuniram com a PF para tratar dos riscos da Clandestinidade na Segurança Privada

A Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) e o Sindicato dos Vigilantes de Rio Verde participaram nesta terça-feira (10) de uma reunião na Coordenação da Polícia Federal. No encontro, os diretores denunciaram a onda de profissionais clandestinos que atuam em Rio Verde e em demais municípios de Goiás.

Aproximadamente um ano, três vigilantes foram assassinados em decorrência da violência. A CNTV e o Sindicato estão reforçanco ações de fiscalização para assegurar que os números não aumentem, como tem acontecido no restante do país.

"Nosso papel, enquanto sindicato, é lutar contra a ilegalidade e por empregos decente e seguros", reafirmou o presidente da CNTV, José Boaventura.

"O Sindicato vem atuando fortemente para garantir mais segurança aos trabalhadores. Não aceitaremos que profissionais sem a devida formação aumente o risco já existente no exercício da profissão", afirmou o presidente do Sindicato, Kênio da Silva.

Fonte: CNTV

# Sindicato firma parceria com escritório de advocacia para atendimento jurídico aos vigilantes

O Sindicato dos Vigilantes de Barueri acaba de firmar uma parceria com o conceituado escritório de advocacia Crivelli Advogados Associados para prestar atendimento jurídico ao trabalhador.

O vigilante pode contar com advogados altamente especializados e com vasta experiência principalmente em causas relacionadas a questões previdenciárias, trabalhistas e às nossas negociações coletivas. "São profissionais especializados em lidar com os trabalhadores e resolver os problemas dos trabalhadores", destaca Amaro Pereira, presidente do Sindicato dos Vigilantes de Barueri.

Advogados do escritório vão dar plantões semanais no Sindicato para atender os vigilantes. O trabalhador também pode ser atendido nos escritórios da firma.

Em uma mostra de profissionalismo e inovação, o escritório vai disponibilizar aos vigilantes um aplicativo para smartphone no qual eles podem acompanhar, em tempo real, o andamento de seu processo.

"Nós estamos trazendo mais profissionalismo para dentro do Sindicato. A demanda do trabalhador cresceu e a gente precisa desse salto de qualidade", afirma o presidente do Sindicato.

**À disposição do trabalhador!**

"Agradecemos ao Sindicato dos Vigilantes de Barueri pela confiança depositada em nosso escritório! Crivelli Advogados Associados está à disposição para auxiliá-los nas demandas sindicais, trabalhistas e previdenciárias; para atender e amparar os trabalhadores e trabalhadoras que tiveram seus direitos desrespeitados". Crivelli Advogados Associados

Temos de estar cada vez mais preparados para defender o trabalhador Um momento difícil como o que estamos vivendo, com tantos ataques aos nossos direitos, tanto desrespeito por parte de muitas empresas, requer decisões estratégicas. A necessidade do trabalhador tem sempre que falar mais alto e temos, cada vez mais, que estar preparados para os embates em defesa do trabalhador. Por isso, é de extrema importância a parceria do Sindicato com o conceituado escritório Crivelli Advogados Associados.

Convidamos os trabalhadores que venham conhecer este novo parceiro do Sindicato e que se associe ao Sindicato. Não só por mais este atendimento, mas porque precisamos que os trabalhadores estejam unidos, conscientes e informados na busca por seus direitos.

Fonte: Vigilantes Barueri

# HOSPITAL DE BASE NÃO OFERECE CADEIRAS ADEQUADAS PARA VIGILANTES

A Secretaria de Saúde ainda não cumpriu a decisão judicial que determinou a entrega de cadeiras adequadas para vigilantes dos hospitais da rede pública. O deputado Chico Vigilante (PT) denuncia que as cadeiras utilizadas pelos vigilantes do Hospital de Base não têm acolchoamento e apresentam inúmeras avarias, comprometendo a saúde dos trabalhadores. “Os gestores teimam em não dar o mínimo de conforto aos vigilantes. É inadmissível que estes trabalhares passem o dia e noite em assentos que possam comprometer a saúde deles”, critica. O parlamentar alerta que as cadeiras e poltronas destinadas aos vigilantes devem atender às condições mínimas de conforto e segurança estabelecidas em norma do Ministério do Trabalho, conforme decisão judicial. O distrital promete encaminhar mais essa denúncia contra a Secretaria de Saúde à Superintendência do Trabalho e ao Ministério Público do Trabalho para que sejam tomadas as devidas providências.

No último mês de junho, o juiz Jonathan Quintão Jacob, da 17ª Vara do Trabalho de Brasília, determinou que Governo do Distrito Federal deve oferecer assentos ergonômicos aos vigilantes que prestam serviço na rede hospitalar do DF. As cadeiras e poltronas devem atender às condições mínimas de conforto e segurança estabelecidas em norma do Ministério do Trabalho sob pena de multa diária de R$ 100 por trabalhador. Na sentença, o magistrado também condenou o DF ao pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor de R$ 30 mil.

A decisão judicial foi mais uma vitória do Sindicato dos Vigilantes (Sindesv) na luta pela categoria. A ação teve início em 2009, durante o Governo Arruda, com denúncia apresentada ao Ministério Público do Trabalho pelo sindicato tendo como base a precária situação encontrada no Hospital Regional do Gama.

Na época, uma perícia realizada pelo sindicato e pelo MPT no local constatou diversas irregularidades no cumprimento de normas básicas de meio ambiente do trabalho no HRG, que prejudicavam o conforto, a segurança e a saúde dos vigilantes.

Após visita a cinco unidades de saúde do DF, perito designado pelo juiz concluiu que, no desempenho de suas atividades diárias, alguns vigilantes são expostos a condições de insegurança ergonômica no local de trabalho.

A luta do sindicato por assentos adequados aos vigilantes é antiga, inclusive, já obtendo várias vitórias na Justiça, como contra o Banco de Brasília (BRB).

Fonte: Chico Vigilante

# Sindicato denuncia bancos que não cumprem lei da vigilância 24h ao Ministério Público e Procon

Lei já está em vigor em 38 municípios

O Sindivigilantes do Sul encaminhou ofício ao Ministério Público Estadual (MPE) e Programa Estadual de Defesa dos Consumidores (Procon-RS) denunciando as agências do Banco do Brasil, Banrisul, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Itaú, Santander, Sicredi, entre outros bancos de 38 municípios, por descumprimento da lei da vigilância armada 24 horas nos estabelecimentos bancários.

O pedido de providências, no sentido de cobrar dos bancos o cumprimento da lei e punir as agências faltosas, relaciona todas as cidades onde a lei já está em vigor,, inclusive a capital: Alvorada, Arroio Grande, Bagé, Butiá, Cachoeira do Sul, Camaquã, Canguçu, Canoas, Caxias do Sul, Cerrito, Cerro Grande do Sul, Charqueadas, Cruz Alta, Entre Ijuís, Herval, Jaguarão, Júlio de Castilho, Lagoa Vermelha, Mostardas, Nova Santa Rita, Osório, Palmeira das Missões, Pedro Osório, Pelotas, Piratini, Portão, Porto Alegre, Rosário do Sul, São Gabriel, São Jerônimo, São Leopoldo, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, São Nicolau, Tapes, Triunfo, Tupanciretã, Viamão.

"A Lei Orgânica já transcorreu o seu prazo de adequação, ademais, o descumprimento/resistência das instituições financeiras acima relacionadas em cumprir a lei municipal se mostra grave não somente pelo aspecto legal, mas também pelo aspecto da segurança pública, na medida que a lei que instituiu a segurança 24 visa conter a onda de explosões e roubos a caixas eletrônicos e salvaguardar a vida de usuários que são feitos de reféns bem como de moradores das imediações, das pessoas que transitam pelas ruas e que também podem ser atingidas pela ação dos criminosos", diz o documento encaminhado pelo sindicato ao MPE e Procon-RS

Ao mesmo tempo, o sindicato está procurando os vereadores autores das leis nestas cidades e os prefeitos solicitando seu empenho junto aos bancos, pressionando-os a cumprirem a legislação que eles mesmos aprovaram.

Fonte: Sindivigilantes do Sul

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Leidiane Souza
Diagramação: Leidiane Souza

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF